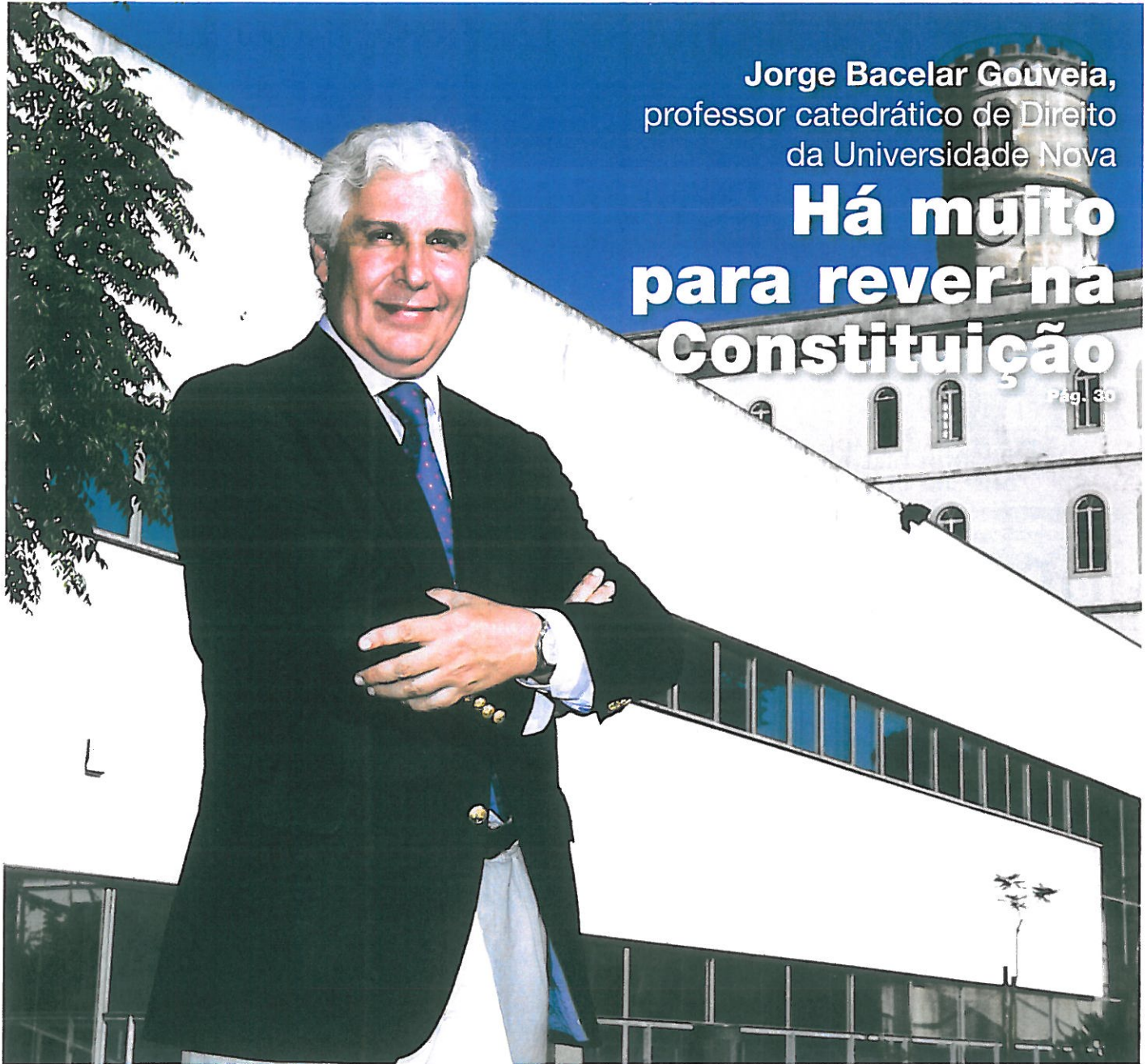


advocatus

www.advocatus.pt

O agregador da advocacia



Jorge Bacelar Gouveia,
professor catedrático de Direito
da Universidade Nova

Há muito para rever na Constituição

Pág. 30



00041

5601073210256

06 Francisco Cortez, Direito do Desporto MLGTS Os melhores do desporto

Alguns dos melhores jogadores, treinadores e agentes do mundo são representados pela equipa liderada por Francisco Cortez, coordenador de Direito do Desporto na Morais Leitão Galvão Teles Soares da Silva (MLGTS). Considera que quando participa em grandes transferências de jogadores há que estar muito atualizado pois "os clientes confiam em nós porque sabem disso".



28 O site de advogados mais popular do mundo

Chama-se Murthy Law Firm, é especialista em imigração para os EUA e foi um dos pioneiros na internet, onde se estreou em 1994. Hoje, é o site de sociedades de advogados mais visitado em todo o mundo. Sheela Murthy contou ao Advocatus como é que nasceu a ideia de criar uma firma com estas características e afirmou que o que a move não são os honorários mas sim acreditar que os imigrantes ajudam os EUA a ser um grande país.



Hermínio Santos
jornalista
hs@briefing.pt



A Constituição precisa de “ter uma cláusula específica sobre os tribunais arbitrais, estabelecendo o estatuto dos seus juizes, limites na sua remuneração, o modo como funcionam, as suas qualificações e o tipo de Direito que esses tribunais podem decidir”, defende Jorge Bacelar Gouveia, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O constitucionalista defende também a redução do número de juizes do Tribunal Constitucional.

Jorge Bacelar Gouveia, professor catedrático da Nova Constituição deve regular Justiça arbitral



Advocatus | Julho foi um mês bizarro na vida política portuguesa. Que conclusões é que tirou de tudo o que se passou?

Jorge Bacelar Gouveia | O mês provou que o sistema político funciona e que a Constituição tem a resposta para as crises que surgiram e que se resolveram. Pen-

so que foi importante o papel do Presidente da República, a princípio muito criticado, mas julgo que decidi bem no sentido de manter o Governo na plenitude das suas funções e de assim permitir a estabilização do País. Os próprios mercados reagiram de acordo com as expectativas de manter a con-

fiança no País.

Advocatus | A intervenção do Presidente da República surpreendeu-o? Demorou muito tempo a intervir ou foi uma situação normal?

JBG | Não é normal que o Presidente se achesse no caminho da governação como desta vez o fez,

dando indicações concretas sobre o modo como as políticas públicas se devem desenvolver no futuro. Mas acho que fez bem, assumindo também a responsabilidade de no futuro as coisas não acontecerem da forma como ele espera. Com a sua atitude mostrou que está preocupado com o País e também que

assume as suas responsabilidades, ao contrário do que outros dizem ou pensam.

Advocatus | Ficou surpreendido com a falta de acordo entre os três partidos?

JBG | Não, pois já se estava à espera. Num processo político deve haver diferenças bem marcadas entre a maioria e a oposição e sobretudo num processo político que se acelera para o fim da legislatura; quanto mais estamos perto do fim menos se espera que seja alcançado um acordo.

Advocatus | O Governo tem condições para concluir a legislatura?

JBG | Tem condições embora a situação seja difícil e, ao contrário do que se julga, o crescimento e a estabilização económica não decorrem apenas das palavras e dos discursos políticos. A grande prova de fogo que o Governo vai enfrentar depois das férias é a realidade económico-financeira e social. Tenho esperança de que possa enfrentar essa realidade e manter-se em funções, que a situação do País possa melhorar e que os indicadores sejam mesmo mais positivos do que têm sido.

Advocatus | Esta intervenção do Presidente da República é um aviso para intervenções futuras, à moda de Cavaco Silva...

JBG | É uma intervenção original. Não sendo uma interferência no Governo e muito menos sendo um governo de iniciativa presidencial, é uma intervenção mais substancialista pois pretende estabelecer parâmetros para a ação do Governo dizendo que ele vai continuar em funções mas desde que responda a um conjunto de eixos de governação, que são concretos. Desse ponto de vista é uma novidade que fica entre uma total neutralidade e uma interferência direta na ação do Governo. Pelo que observo o Presidente prefere não intervir com vetos políticos – teve muito poucos – optando por uma intervenção mais substancialista no que respeita a certas opções da política

“A grande prova de fogo que o Governo vai enfrentar depois das férias é a realidade económico-financeira e social. Tenho esperança de que possa enfrentar essa realidade e manter-se em funções, que a situação do País possa melhorar e que os indicadores sejam mesmo mais positivos do que têm sido”

“Num mundo globalizado e em que sobretudo os advogados de língua portuguesa representam mais de um quarto dos advogados do mundo inteiro, penso que temos de ganhar consciência da importância do Direito de Língua Portuguesa no mundo como um verdadeiro Direito Global”

económica mais importantes.

Advocatus | Foi deputado durante dois anos. Como é que classifica as manifestações que têm ocorrido nas galerias de São Bento, destinadas ao público?

JBG | Os cidadãos têm o direito de se manifestarem, mas não daquela forma. O Parlamento tem de manter a sua dignidade e não deve tolerar esse tipo de manifestações. É a casa da democracia, a casa onde todos os portugueses se reveem e não deve ser tolerado esse tipo de manifestações.

Advocatus | Na área da Justiça o que destacaria na atuação da ministra Paula Teixeira da Cruz? Correspondeu às suas expectativas?

JBG | Penso que a ministra da Justiça tem o mérito de evitar discursos grandiloquentes e de fazer reformas concretas e em campos específicos.

Advocatus | Quer dar alguns exemplos?

JBG | O novo Código do Processo Civil, que vai entrar em vigor em setembro, e que de um modo geral é uma boa reforma: simplificou o processo e até se aplica aos processos pendentes, o que é uma vantagem. Outro exemplo é a reforma dos Julgados de Paz, que são uma alternativa interessante à Justiça formal do Estado e que devem ser revitalizados, embora a tradição portuguesa não seja grande nessa matéria. O regresso do Tribunal da Boa Hora ao... Tribunal da Boa Hora é uma decisão importante, embora mais do domínio do simbólico. Tem havido uma preocupação de fazer reformas pontuais, em certas situações em que há um bloqueio da Justiça, e penso que, no geral, o balanço é positivo. Houve outra coisa que ela fez bem e que, infelizmente o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional e que foi a criminalização do enriquecimento ilícito. Penso que é uma medida essencial para Portugal – um país maduro e democrático tem que ter esta legislação.

Advocatus | Porque é que o Tribunal Constitucional (TC) “chumbou” a proposta?

JBG | Havia um problema de na-



“Penso que a ministra da Justiça tem o mérito de evitar discursos grandiloquentes e de fazer reformas concretas e em campos específicos”



"Penso que é um assunto grave a nossa Constituição ter um défice de regulação em matéria de Justiça arbitral"

PERFIL

Direito, carreira e o Sporting

"Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia nasceu em Lisboa em 1966, filho de Francisco Gouveia dos Santos, natural do Montijo (distrito de Setúbal), e de Maria da Graça Abreu Bacelar Gouveia dos Santos, natural de Paredes de Coura (distrito de Viana do Castelo). O seu pai, já falecido, era economista e advogado e a sua mãe foi durante toda a sua vida profissional professora primária, estando neste momento aposentada". É assim que começa o currículo resumido que Bacelar Gouveia disponibiliza no seu completíssimo site pessoal e onde dá conta de toda das suas atividades, desde a agenda até às viagens profissionais e ocupações académicas. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi depois assistente estagiário da mesma instituição, trabalhando com Diogo Freitas do Amaral, Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa. Em 1993, concluiu o mestrado em Direito e nesse mesmo ano aceitou o convite formulado por Jorge Miranda para ser professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (Mo-

"Pelo que observo o Presidente prefere não intervir com vetos políticos – teve muito poucos – optando por uma intervenção mais substancialista no que respeita a certas opções da política económica mais importantes"

tureza processual de inversão do ónus da prova. Penso que, com uma mudança no modo como estava redigida a lei, ela poderá passar. Mas o TC também não pode ter uma interpretação fundamentalista desse princípio porque quem está no exercício de uma função pública tem mais deveres do que quem não está. Outra coisa que eu não consigo entender em Portugal é a razão por que aqueles que são condenados a uma pena de prisão não aguardam na cadeia a resolução dos recursos que apresentaram. Isso é inadmissível.

Advocatus | Como é que esse tipo de situações se altera? Continuamos a ouvir muitas lamentações dos vários protagonistas da Justiça...

JBG | Acho que há vários problemas. Há um que tem a ver com a organização e meios e muitos processos prescrevem devido à falta de meios, sobretudo na área do crime económico, que deveria ser uma prioridade. Depois, há uma mentalidade excessivamente garantista, muita litigância, utilização, até à exaustão, de todos os recur-

çambique), onde residiu dois anos. Em 1996, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e iniciou o seu doutoramento, concluído em 1999. Até 2009, percorreu os diversos degraus da carreira de professor universitário, tendo sido naquele ano contratado, após concurso público, como professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. É atualmente nesta Escola ainda coordenador do Mestrado em Direito e Segurança. Foi deputado, entre 2009 e 2011, exerceu cargos autárquicos e é autor de uma vasta bibliografia, com mais de 150 títulos, publicados em Portugal e no estrangeiro. O seu mais recente desafio é a presidência do Conselho Fiscal e Disciplinar do Sporting, cargo para que foi eleito na lista de Bruno de Carvalho. "Sempre fui sportinguista desde que me conheço e o Sporting sempre se notabilizou por ser um clube sério e que aposta na verdade desportiva", afirma. Acredita que o atual líder está a fazer um excelente trabalho e que o clube tem pela frente um "duro programa de reorganização" que vai durar vários anos.

existentes e até imaginários e que também é preciso combater.

Advocatus | É autor do anteprojeto de Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais.

JBG | Não da atual, mas sim da anterior, que esta revogou...

Advocatus | Como é que tem acompanhado a polémica levantada em relação a alguns aspetos da nova lei, principalmente entre os advogados?

JBG | Na Nova fizemos um colóquio sobre o assunto em junho que mostrou à evidência que cabe ao Governo resolver um conjunto de problemas que foram criados. Ficou claro que o Governo teve muita pressa em receber as propostas das várias ordens profissionais, que são 18, mas até agora ainda não deu andamento ao assunto e em dezembro deste ano haverá, pelo menos, eleições em três ordens profissionais, com mudança de regras, e elas não sabem o que fazer: se fazem eleições ao abrigo das regras antigas – arriscando repeti-las devido ao novo enquadramento legislativo que entretanto venha a ser publicado; ou se esperam por essas novas regras. Por exemplo, na Ordem dos Advogados, a regra é de que o Bastonário seja eleito por método maioritário a uma volta, sem haver necessidade de maioria absoluta. De acordo com a nova lei, é preciso que haja maioria absoluta. Este é um problema complicado e penso que o Governo já deveria ter dado uma resposta para estas questões, até porque, para estas associações profissionais, fazer eleições é um processo caro – só a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que é a maior ordem do país, tem 72.000 membros. O Estado deve comportar-se com lealdade pois se exige às ordens 30 dias para apresentar as adaptações dos seus estatutos à nova lei, também deveria responder em 30 dias dando uma solução para o problema.

Advocatus | Neste momento qual é o ponto de situação?

JBG | A lei está em vigor e impõe que haja uma alteração dos es-

“Tem havido uma preocupação de fazer reformas pontuais, em certas situações em que há um bloqueio da Justiça, e penso que, no geral, o balanço é positivo”

“Se estamos em contenção de despesas, não se justifica ter 13 juízes no TC, bastaria ter sete, que dariam conta do recado. Por outro lado, também se verifica, nos últimos anos, uma diminuição nos litígios que chegam ao TC. Se é verdade que nos anos 90 o Tribunal chegava a proferir mais de 1000 decisões por ano, hoje isso não é assim”

tatutos de cada uma das ordens, a ser aprovados pelo Parlamento, que ainda não recebeu qualquer proposta de lei. Penso que só há uma solução neste momento, até porque em dezembro há eleições para algumas ordens, e ela passa por, em setembro, o Parlamento aprovar uma lei só com um único artigo a dizer que essa lei-quadro permite prorrogar a vigência dos atuais estatutos por mais um ano até que estes possam ser revistos e adaptados.

Advocatus | O atual Governo e o Tribunal Constitucional (TC) algum dia irão fazer as pazes?

JBG | Em democracia a controvérsia e a crítica são sempre louváveis. O TC, a meu ver, decidiu bem nos casos em relação à suspensão dos subsídios na função pública. Devo dizer-lhe que o TC até foi equilibrado, pois se é verdade que o Governo não gostou porque não queria que tivesse havido qualquer inconstitucionalidade, também é verdade que houve muitas outras pessoas que ficaram à espera que houvesse ainda mais inconstitucionalidades, por exemplo, em relação à contribuição extraordinária de solidariedade. Penso que o TC decidiu de uma forma equilibrada e fiquei satisfeito pois decidi de uma forma que eu já antecipava. É sempre normal que o poder legislativo não goste que o poder judicial declare que as suas normas não estão bem. Claro que depois há um discurso político subjacente, mas isso não faz mal a ninguém, pois nem os juízes se deixam pressionar nem os políticos se deixam amedrontar pelas decisões do TC.

Advocatus | O estatuto do TC e a nomeação dos seus membros está bem como está ou deveria sofrer alterações?

JBG | Está bem assim. Os seus membros não podem ser reconduzidos, têm um mandato único de nove anos e é uma solução que tem resultado bem. Talvez diminuísse o número de juízes, que são 13. Em Espanha, por exemplo, que é um país quatro vezes mais do que Portugal, há o mesmo número de juízes. Se estamos em contenção de despesas, não se justifica ter 13 juízes no TC, bastaria ter



“O País deve estar sempre a pensar no seu bilhete de identidade, que é a sua Constituição. Não é preciso mudá-la radicalmente, mas há questões que têm de ser resolvidas. Por exemplo, o financiamento da saúde e da educação, que é um assunto crucial”



“No meio de todas as convulsões que tem havido, a reforma do sistema político seria uma compensação importante para um conjunto de reformas económicas e financeiras que têm sido duras.”

sete, que dariam conta do recado. Por outro lado, também se verifica, nos últimos anos, uma diminuição nos litígios que chegam ao TC. Se é verdade que nos anos 90 o Tribunal chegava a proferir mais de 1000 decisões por ano, hoje isso não é assim. Seria também uma boa medida para tornar o Estado mais eficiente e barato. Penso que seria útil reduzir o número de juizes, mas isso só é possível com uma revisão da Constituição.

Advocatus | Mas a discussão dessa revisão está fechada a sete chaves...

JBG | Mas não devia ser assim. O País deve estar sempre a pensar no seu bilhete de identidade, que é a sua Constituição. Não é preciso mudá-la radicalmente, mas há questões que têm de ser resolvidas. Por exemplo, o financiamento da saúde e da educação, que é um assunto crucial.

Ter um sistema de saúde tendencialmente gratuito ou de educação com o ensino básico absolutamente gratuito para toda a gente é iníquo e injusto. Hoje esse modelo está ultrapassado porque a Constituição foi aprovada com um pressuposto completamente diferente do de hoje, numa altura em que não havia praticamente medicina e universidades privadas. Os pressupostos sociais e económicos dessa altura não se verificam hoje e, além disso, havia uma necessidade de democratização do acesso ao ensino e de universalização dos cuidados de saúde que não existem hoje. Penso que se justifica uma reflexão global sobre o modo de financiamento desses sistemas sociais.

Advocatus | Ou seja, é adepto de rever a Constituição?

JBG | Claro, mas não é só naqueles dois temas, há muita coisa a rever. Por exemplo, na área da Justiça, a questão do Conselho Superior da Magistratura e introduzir limites ao funcionamento dos tribunais arbitrais – hoje verificamos que eles se transformaram em tribunais de ricos e estes não devem ter uma justiça melhor do que os pobres ou

“Em democracia a controvérsia e a crítica são sempre louváveis. O TC, a meu ver, decidiu bem nos casos em relação à suspensão dos subsídios na função pública”

remediados. A nossa Constituição precisa de ter uma cláusula específica sobre os tribunais arbitrais, estabelecendo o estatuto dos seus juizes, limites na sua remuneração, o modo como funcionam, as suas qualificações e o tipo de Direito que esses tribunais podem decidir. Penso que é um assunto grave a nossa Constituição ter um défice de regulação em matéria de Justiça arbitral. Outros aspetos importantes são o da regionalização, que não está fechada, e o da reforma do sistema político. Há uma reforma que pode ser feita agora, sem necessidade de rever a Constituição, a do sistema eleitoral das autarquias.

Com eleições à porta, perdeu-se uma oportunidade para fazer isso. Também a questão da redução do número de deputados deveria ser abordada – a Constituição estabelece um mínimo de 180 e um máximo de 230. Esse número poderia ser reduzido.

Estranhamente, ao fim de dois anos, o Governo fez algumas reformas importantes, ou tentou fazer, mas a reforma do sistema político está parada, o que é inacreditável quando até Passos Coelho tinha uma ideia interessante que era a do voto preferencial.

Nunca mais ouvi falar dela e tenho pena porque o voto preferencial daria mais capacidade de decisão ao eleitor.

No meio de todas as convulsões que tem havido, a reforma do sistema político seria uma compensação importante para um conjunto de reformas económicas e financeiras que têm sido duras.

Porém, com tristeza, vejo a ausência, por parte do Governo, de um discurso de reforma do sistema político.

Claro que não desconheço que isso tem outras implicações por haver a necessidade de conciliar dois partidos, que têm dimensões diferentes, o PSD e o CDS, e a reforma que interessa a um não interessa a outro.

Mas isso tem de ser explicado às pessoas, que não entendem porque é que não se faz nenhuma mudança no sistema político.

ENSINO E LUSOFONIA

Algumas opções do processo de Bolonha precisam de ser retificadas

Advocatus | Se lhe pedissem para caracterizar a situação atual do ensino do Direito em Portugal o que responderia? Que estamos ao nível das melhores escolas europeias?

JBG | Digamos que há luzes e sombras. O processo de Bolonha foi importante porque obrigou os professores a refletirem sobre o seu próprio ensino e internacionalizou-o, o que nos colocou em contato com outras universidades e outros países. Infelizmente, Bolonha também trouxe um certo facilitismo no que respeita aos cursos e abriu a porta a alguns aproveitamentos e oportunismos no próprio processo da aprendizagem. Penso que é necessário retificar algumas opções do processo de Bolonha: o caso das creditações, por exemplo, ou o de não haver médias para acesso a certo tipo de cursos. Digamos que houve uma abertura generalizada, mas em certos casos assistiu-se a um facilitismo que deve ser combatido. No que respeita ao Direito, se o processo de Bolonha trouxe vantagens, parece uma má ideia que o mestrado se tenha banalizado e em certos casos se tenha tornado numa tese de fim de licenciatura: isso não está na natureza de um mestrado. Noutra perspetiva, o processo de Bolonha não feito em diálogo com outras profissões forenses, quer com os juizes e procuradores, quer com os advogados. Tem havido um clima de críspação e de suspeição constante por parte das profissões forenses em relação às universidades, dizendo-se que as Faculdades

de Direito estão a vender cursos e a facilitar as coisas para terem mais dinheiro, o que, em termos gerais, não é verdade. É preciso estabelecer um certo consenso que possa eliminar alguns mal-entendidos.

Advocatus | E como é que a Faculdade de Direito da Nova tem contribuído para esse debate?

JBG | Temos tido uma preocupação com a exigência dos nossos alunos. Todos os anos temos sido sempre a Faculdade com as melhores classificações de entrada no que respeita à licenciatura. Este ano vamos ter um novo doutoramento em Direito e Segurança, uma área em que tenho vindo a trabalhar na sequência de um mestrado que já teve 12 edições. Apostámos também muito na internacionalização, quer com algumas universidades europeias quer com o mundo de língua portuguesa, com o Brasil, Angola e Moçambique. Com estes dois países, temos dois doutoramentos conjuntos, com duplo título reconhecido quer em Portugal quer em Angola ou Moçambique, onde já temos o primeiro doutorado. Isto é uma absoluta novidade no panorama português dos doutoramentos em Direito.

Advocatus | É aqui que se enquadra a atividade do Instituto do Direito de Língua Portuguesa (IDILP), do qual é presidente?

JBG | É uma associação de juristas de língua portuguesa que tem a sede nesta Faculdade de Direito, mas que está aberta a



outras instituições e a professores, juizes, procuradores, advogados. Costumamos fazer congressos anuais – o último foi em Maputo – e lançámos agora a Revista do Direito de Língua Portuguesa, que pretende congrega contributos de todos os países de língua portuguesa, incluindo também Macau. Quando é solicitada, também fazemos projetos de legislação e estudos de natureza doutrinária. Num mundo globalizado e em que sobretudo os advogados de língua portuguesa representam mais de um

quarto dos advogados do mundo inteiro, penso que temos de ganhar consciência da importância do Direito de Língua Portuguesa no mundo como um verdadeiro Direito Global.

Advocatus | Qual o legado que pretende deixar nesta área?

JBG | Quero deixar uma plataforma de união entre os países de língua portuguesa e fazer sobressair que há muita coisa que nos une e que muitos de nós porventura nem sequer conhecemos.